DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.11 n.6 dez/10 *ARTIGO 05*

Mídias do conhecimento: um retrato da audiodescrição no Brasil

Media of knowledge: a portrait of audio-description in Brazil

por Elton Vergara Nunes e Gertrudes Dandolini e João Artur de Souza e Tarcísio Vanzin

Resumo: Apresenta-se, neste artigo, um retrato da audiodescrição no Brasil, tema atual, porém pouco conhecido e pouco disseminado no meio acadêmico. Inicialmente, apresenta-se uma visão geral de seu surgimento e difusão no mundo, e, posteriormente, trata-se de sua implantação no Brasil, o seu estado atual bem como sua relevância para a inclusão social das pessoas com deficiência, em particular os cegos, e suas possibilidades para além da cultura e do lazer, com ênfase na área educacional. A pesquisa para este trabalho se deu em documentos digitais, listas e grupos de discussões, bases de dados acadêmicas bem como arquivos multimídia disponíveis na web, em especial vídeos com entrevistas e documentários sobre audiodescrição e obras audiodescritas. Na sistematização dos resultados, pode-se perceber um interesse crescente pelo assunto nos meios de comunicação, mudanças atitudinais da sociedade e das instituições em relação à acessibilidade, diversos espaços de discussão e defesa da implantação do novo recurso. Paralelamente, cresce a discussão e defesa da inclusão social e digital de pessoas com deficiência visual. No meio acadêmico, crescem as discussões e a difusão sistemática da audiodescrição como área de pesquisa.
Palavras-chave: Audiodescrição; Inclusão; Cegos; Acessibilidade; Deficiência visual; Tecnologia assistiva.

Abstract: The following article presents a panorama of audio description in Brazil, a current issue though little known and developed in academia. Firstly, we discuss a general view of its origins and spread in the world and, secondly, we move on to discuss its establishment in Brazil, as well as its relevance towards the social inclusion of those with visual deficiency, particularly the blind, and its possibilities beyond culture and leisure, with a particular focus on education. Research to this paper was based on digital documents, discussion groups and lists, academic databases and multimedia files available on the Web, especially videos with interviews and documentaries about audio-description and audio-descripted works. At the systematization of the results, one can realize a growing interest in the topic by the media, as well as changes in attitude by society and institutions in regard to accessibility, diverse discussion spaces and defense of the new resources. In parallel, there is a development in the discussion over social and digital inclusion of people with visual deficiency. In academia, there is a development and a systematic diffusion of audio description as a research area.
Keywords: Audio-description; Inclusion; Blind; Accessibility; Visual deficiency; Assistive technology.

Introdução

A inclusão social das pessoas com deficiência vem ganhando espaço não somente na legislação, mas também junto à opinião pública e a profissionais das mais diversas áreas. Dentro da área de tradução, cresce uma sub-área intitulada tradução visual, que trata da audiodescrição. Trata-se de uma possibilidade de acesso às pessoas com deficiência a diversos espaços comuns ao cidadão, possibilitando mais que um compartilhamento de informações, mas um exercício de cidadania e de igualdade de direitos, respeitadas as diferenças.

A inclusão autêntica é aquela que permite a pessoas diferentes, com limitações ou potencialidades diversas, compartilharem um espaço comum, ao mesmo tempo, cada uma dentro de suas características próprias físicas ou intelectuais, atendidas suas necessidades específicas. A necessidade de inclusão está presente em situações cotidianas, muitas vezes ignoradas. Trata-se do homem gordo que precisa comprar roupa, porém não encontra lojas que vendam o seu número; do anão que fica com os pés inchados durante a viagem porque não consegue tocar no piso do ônibus; da menina cega que não consegue acompanhar a novela que suas amigas olham e tanto comentam porque não entende muitas cenas que ocorrem ali; do rapaz surdo que não foi aceito na escola perto de sua casa porque ninguém sabia Libras; da jovem paraplégica que não conseguiu o emprego anunciado porque a empresa não tinha um computador adaptado; ou ainda da mulher cadeirante que perdeu o emprego, porque a empresa ficava no segundo piso de um prédio antigo sem elevador. As tecnologias inclusivas visam a eliminar essas barreiras arquitetônicas e de comunicação e dar acessibilidade a essas pessoas a todos os espaços comuns a que têm direito os cidadãos em uma sociedade inclusiva.

Neste artigo, apresenta-se a audiodescrição, uma tecnologia inclusiva, que veio somar-se a outras que buscam a eliminação dessas barreiras. Busca dar acesso às pessoas com deficiência, em especial com deficiência visual, a produtos diversos que tenham na imagem grande parte de seu valor, tais como filmes, zoológicos, teatros, aulas entre outros. Apresentam-se seu surgimento e difusão no mundo, suas diferentes definições, começo no Brasil e a legislação

federal que regulariza e implementa o recurso. Através da revisão da literatura sobre o assunto, organizam-se de forma cronológica os principais eventos que inauguram a audiodescrição em sua especificidade, bem como se apresentam os principais pesquisadores e outras pessoas envolvidas em sua defesa e divulgação no Brasil.

A história da audiodescrição

Conforme Piety (2010), a audiodescrição surge pela primeira vez de forma sistematizada no trabalho de pós-graduação defendido em 1975 por Gregory Frazier, porém não publicado, intitulado "The autobiography of Miss Jane Pitman: An all-audio adaptation of the teleplay for the blind and visually handicapped", da Universidade de São Francisco, nos Estados Unidos. Entretanto, somente em 1981, a audiodescrição surge de fato. Trata-se do resultado do trabalho de Margaret e Cody Pfanstiehl (Audio, 2010), que fundam um serviço de audiodescrição para peças de teatro, no Arena Stage Theater, em Washington DC. Naquela mesma década, mais de 50 casas de espetáculo já incluíam em sua programação a audiodescrição.

Logo o recurso se expandiu, chegando imediatamente ao Japão, através da rede de televisão NTV, que inaugura em 1983 a audiodescrição em sua programação. O mesmo seria seguido por emissoras da rede aberta de televisão da Catalunha, na Espanha. (Guidance, 2010) Por tratar-se de uma ampliação na oferta de espetáculos e produtos culturais e de lazer, em 1989, o Festival de Cinema de Cannes também se junta à ideia e divulga já naquele ano algumas obras com o recurso da audiodescrição. No ano seguinte, ainda nos Estados Unidos, com a Media Access Group , há grande impulso da audiodescrição nas programações.

Na Espanha, desde os anos 80, vinha se desenvolvendo um projeto chamado "sonocine"; em 1994, foi registrado como sistema Audesk, aplicado ao teatro, vídeo, televisão, museus e exposições. O desenvolvimento da audiodescrição para o cinema ocorre através de um convênio entre a Organização Nacional de Cegos Espanhóis e a produtora Área 52. (Trömel, 2010; Rodríguez Fuentes e Caurcel Cara, 2010). No ano anterior, em setembro de 1993, a ONCE inicia um programa de pesquisa e desenvolvimento de audiodescrições, que culminou com a publicação da norma intitulada Audiodescripción para personas con discapacidad visual. Requisitos para la audiodescripción y elaboración de audioguías (Aristia, 2010). No Reino Unido, o tema também ganha espaço, e, em 1992, surge o Projeto AUDETEL (*AUdio DEscribed TELevision*), para auxiliar na difusão da audiodescrição (Salway, 2010); em 1994, a audiodescrição chega à televisão naquele país.

A audiodescrição no Brasil

No Brasil, em 2003, a história da audiodescrição estreia no festival internacional de cinema o Assim Vivemos , que trata sobre pessoas com deficiências; todos os filmes do festival têm acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva. Em 2004, na Universidade Federal da Bahia, é criado o grupo de pesquisa Tradução e Mídia , que, em 2005, passa a chamar-se Tradução e Mídia e Audiodescrição. Em 02 de dezembro do mesmo ano, é publicado o Decreto 5.296. Em 31 de outubro de 2005, a Associação Brasileira de Normas Técnicas publica norma sobre "Acessibilidade em Comunicação na Televisão"; o Ministério das Comunicações promove consulta pública sobre os requisitos técnicos necessários para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência na programação das TVs abertas brasileiras. Começam as discussões entre o Ministério das Comunicações, empresários das comunicações e diversos setores da sociedade brasileira sobre a audiodescrição, com vistas a sua legalização.

No primeiro semestre de 2006, representantes da Associação Brasileira de Radiodifusores, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Fundação Roquete Pinto, Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência, Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e da União Brasileira de Cegos se reúnem com o Ministério das Comunicações em audiência pública para discutirem as sugestões recebidas na consulta do ano anterior. Em 27 de junho, o Ministério das Comunicações publica a Portaria 310 (Brasil, 2010d) e oficializa a Norma Complementar nº01, que estabelece os recursos de acessibilidade, na programação da televisão, com seu cronograma de implantação.

Em meio a essas questões legais e retrocessos oficiais, a audiodescrição se expande. O Teatro Vivo, em São Paulo, estreia, em março de 2007, "O Andaime", a primeira peça comercial com audiodescrição. Em junho, no mesmo teatro, estreia "A Graça da Vida", a segunda peça com audiodescrição no país. O referido teatro tem toda a infra-estrutura necessária para a audiodescrição, e segue oferecendo apresentações audiodescritas. (Vivoblog, 2010)

O interesse pela audiodescrição começa no país, com a adoção do recurso em sessões semanais pelo Teatro Vivo, porém, o Ministério das Comunicações retrocede na implementação do recurso junto às redes de televisão. Em 27 de junho de 2008, dia em que vence a carência de 2 anos prevista na Portaria 310, para que as empresas de televisão implantassem a audiodescrição em sua programação, o ministro Hélio Costa publica a Portaria 403 (Brasil, 2010e), que suspende o recurso da audiodescrição por 30 dias. Em 04 de julho, a União Brasileira de Cegos encaminha ofício à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em que solicita o imediato restabelecimento das diretrizes previstas na Portaria 310. Como resposta, em 30 de julho, o Ministério das Comunicações publica a Portaria 466 (Brasil, 2010f), em que restabelece a obrigatoriedade às emissoras de iniciarem a transmissão de seus programas com audiodescrição num prazo de 90 dias. Entretanto, pouco tempo depois, em 14 de outubro, através da Portaria 661, o Ministério das Comunicações suspende novamente a aplicação da audiodescrição (Brasil, 2010g), prevista na Portaria 310. O assunto vai para os tribunais. Em 30 de dezembro, o Conselho Nacional dos centros de vida Independente e a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down ingressam com Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental contra a União, junto ao Supremo Tribunal Federal (Brasil, 2010i), alegando descumprimento dos prazos pelo Ministério das Comunicações para regulamentação da acessibilidade nos meios de comunicação. O ano de 2008 termina com lutas na Justiça, na tentativa de garantir o direito à audiodescrição.

Em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal também ingressa com ação civil pública contra a União. Enquanto a luta contra o Ministério das Comunicações continua, devido aos diversos adiamentos da obrigatoriedade legal da audiodescrição na televisão, o sistema se expande para todas as regiões do Brasil. Em 28 de abril, o Teatro Amazonas é o palco de teatro público da primeira ópera com audiodescrição no país apresentando *"Sansão e Dalila"*. Em 27 de agosto, o ministro do STJ indicado para relatar o Mandado de Segurança profere decisão liminar e ordena ao Ministério das Comunicações a reabertura de uma nova consulta pública com prazo mínimo de 45 dias.

Em 24 de março de 2010, o ministro Hélio Costa publica a Portaria n° 188 (Brasil, 2010c), que altera a Norma Complementar nº01. A nova Portaria trata especificamente da audiodescrição e estabelece novo cronograma para a implementação da audiodescrição junto às empresas de televisão, a partir de 1° de julho de 2010. O total de programação audiodescrita aumentará gradativamente de duas para um total de 20 horas semanais no prazo de dez anos.

A audiodescrição na legislação brasileira

A Constituição Federal do Brasil garante o direito a todos os cidadãos de ir e vir livremente. Entretanto, muitas vezes, as pessoas são privadas de seus direitos, devido às barreiras que lhes são impostas de diferentes maneiras, em situações cotidianas. Esses problemas podem ser solucionados através da adoção do que se denomina "acessibilidade". A Lei 10.098 (Brasil, 2010b), de 19 de dezembro de 2000, o Decreto 5.296 (Brasil, 2010a), de 2 de dezembro de 2004, que ficou conhecido como a lei da acessibilidade porque regulamenta leis anteriores e *"estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência"*, tratam do tema. No Decreto, é definida como:

A condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (Art. 8°, item I) No item II, em que se definem barreiras como "qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação", são classificadas em quatro grupos. O quarto grupo se refere às "barreiras nas comunicações e informações, as barreiras são conceituadas como: *"qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação."*

Ainda no Decreto, o capítulo VI aborda as questões relativas ao acesso à informação e à comunicação. Nos artigos 52 e 53, já se indicam obrigações para as empresas e esperanças para as pessoas com deficiência visual, no que se refere à audiodescrição. Pois determina que: *"caberá ao Poder Público incentivar a oferta de aparelhos de televisão equipados com recursos tecnológicos que permitam sua utilização de modo a garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva ou visual. (Art. 52)."*

Entre os recursos desses aparelhos, está o Programa Secundário de Áudio (SAP). O artigo 53 determina que *"os*

procedimentos a serem observados para implementação do plano de medidas técnicas previstos no art. 19 da Lei no 10.098, de 2000, serão regulamentados, em norma complementar, pelo Ministério das Comunicações". No item III, do parágrafo 2°, do mesmo artigo, o Decreto indica *"a descrição e narração em voz de cenas e imagens" não como um mero recurso, mas como um dos "sistemas de reprodução das mensagens veiculadas para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual"*, o que lhe dá um status de importância dentro da lei.

O que é audiodescrição

Desde seu surgimento, em 1975, até os dias de hoje, surgiram diversas definições para audiodescrição. Em cada lugar, foi necessário definir o termo no momento de normalizar esse sistema de comunicação. No Brasil, ocorreu o mesmo. Assim, a Portaria 188, publicada no começo deste ano, define audiodescrição como: "a narração, em língua portuguesa, integrada ao som original da obra audiovisual, contendo descrições de sons e elementos visuais e quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão desta por pessoas com deficiência visual e intelectual."

Esta definição altera aquela apresentada na Norma Complementar n°01, da Portaria 310 de 2006, que definia audiodescrição tão somente como: *"uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual."*

Entre as duas definições, existe uma tentativa de maior abrangência no novo texto. Aparecem diferenças como *"locução sobreposta"* que passa para *"narração integrada"* e a ampliação do público, que agora inclui além das *"pessoas com deficiência visual"* as que têm deficiência intelectual. A redação da Portaria é restritiva porque indica apenas essas pessoas como destinatários da audiodescrição. Entretanto, nada impede que o recurso possa ser usado por outras pessoas que dela podem tirar proveito, sem que isso signifique distorção ou desvio dos objetivos da Lei; pelo contrário, amplia a possibilidade da audiodescrição para públicos inicialmente não previstos. De fato, trata-se de um recurso *"muito útil para deficientes visuais, mas também auxilia pessoas com outras deficiências que diminuem a capacidade de compreensão ou acompanhamento das cenas"* (Segre, 2010).

Como se trata de um tema relativamente novo no meio acadêmico e que ainda carece de divulgação para a sociedade, muitas definições vêm sendo apresentadas por estudiosos, profissionais, pela imprensa e, inclusive por parte do público alvo desse recurso, as pessoas com deficiência visual.Segundo o grupo de pesquisa Tradução e Mídia e Audiodescrição (Tramad, 2010): *" a audiodescrição é um recurso de tecnologia assistiva que permite a inclusão de pessoas com deficiência visual junto ao público de produtos audiovisuais. O recurso consiste na tradução de imagens em palavras. É, portanto, também definido como um modo de tradução audiovisual intersemiótico, onde o signo visual é transposto para o signo verbal."*

A definição desse grupo, localizada no campo da tradução, é mais restritiva que aquela apresentada pela Portaria em vigor, no que se refere ao público, pois não inclui outros destinatários além das pessoas com deficiência visual. Para o grupo de pesquisa: *"ela é usada em festivais de cinema, peças de teatro, óperas e espetáculos de dança. Apesar de ser ao vivo, a AD é roteirizada antes do evento cultural, e cabe ao audiodescritor-locutor acompanhar o tempo real do evento. Por último, AD simultânea também acontece ao vivo, porém sem preparação alguma. (Tramad, 2010)*".

Porém, sua coordenadora defende uma ideia diferente, ao fazer esclarecimentos a respeito dos diferentes contextos em que se vem usando a audiodescrição. Para a pesquisadora, é necessário diferenciar "*audiodescrição"* de *"narração ao vivo"*: *" Aliás, outra explicação, o que se faz na peça Andaime não é audiodescrição, mas narração ao vivo. A audiodescrição acontece sempre com áudio pré-gravado, onde o timing do programa já está definido, o que não é o caso de uma peça de teatro, mas de um filme." (Franco, 2010)"*

Essa distinção, porém, não aparece na definição de Motta (2010a), para quem:

> *"A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que permite que as pessoas com deficiência visual possam assistir e entender melhor filmes, peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas e outros, ouvindo o que pode ser visto. É a arte de transformar aquilo que é visto no que é ouvido, o que abre*

> *muitas janelas para o mundo para as pessoas com deficiência visual."*

Da mesma forma, essa restrição não está presente na definição defendida pela Organização Nacional de Cegos Espanhóis, que percebe a audiodescrição como sistema mais amplo: *" Sistema que permite compensar la falta de percepción de imágenes por descripciones sonoras complementarias (sobre situación espacial, vestuario, gestos, actitudes, paisajes, etc.) imprescindibles para poder comprender y disfrutar de una obra de teatro, de una película en el cine, de un vídeo didáctico o de una serie de dibujos animados en la televisión. (Once, 2010)"*

Para os espanhóis, a audiodescrição compensa a percepção das imagens, auxiliando na compreensão e desfrute de obras artísticas, sejam elas veiculadas pela televisão, cinema ou ainda ao vivo, como as obras de teatro. Com muito maior ênfase, o Instituto Vivo a define com uma adequação para o teatro, já que ali se consagrou um trabalho que vem difundindo a audiodescrição desde : *"A audiodescrição é a técnica que descreve todos os detalhes do espetáculo por entre as falas dos atores, sem que haja atropelamento de informações. Assim, permite às pessoas com deficiência visual maior compreensão das ações não faladas, tais como cenários, roupas, expressões, entrada e saída de personagens, entre outras." (Instituto Vivo, 2010b)"*

Igualmente, Araújo (2010) percebe a audiodescrição de forma ampla:

> *"A audiodescrição pode ser definida como a técnica utilizada para tornar o teatro, o cinema e a TV acessíveis para cegos e deficientes visuais. Trata-se de uma narração adicional que descreve a ação, a linguagem corporal, as expressões faciais, os cenários e os figurinos. A narração é colocada entre os diálogos e não interfere nos efeitos musicais e sonoros. Seria a tradução das imagens, do enredo, do cenário e da ação."*

Como se pode ver, em todas as definições, os aspectos cultural e de lazer estão presentes na preocupação dos estudiosos e mesmo da legislação. Essa visão ainda é restritiva no que se refere às possibilidades de aplicação da audiodescrição. Hernández Navarro e Montes López (2010) são mais abrangentes em sua definição, ao não delimitarem a aplicação do recurso: *" La audiodescripción consiste fundamentalmente en proporcionar información sonora sobre todos aquellos datos, situaciones o aspectos que resulten esenciales para la adecuada comprensión de determinadas obras, hechos o manifestaciones, culturales o de cualquier otra índole, y que sólo aparezcan de manera visual."*

Os autores acreditam que a informação sonora propiciada pela audiodescrição é essencial para a compreensão de obras visuais de qualquer tipo. Entre os aspectos não enfatizados nas definições correntes no Brasil, tanto pela Lei como pela maioria dos estudiosos e profissionais da área, está a audiodescrição com fins acadêmicos. As definições vistas anteriormente se restringem a temas de cultura e lazer, deixando de lado a audiodescrição no campo da educação. Entretanto, esse tema vem sendo estudado pelo professor Francisco José de Lima, da Universidade Federal de Pernambuco, onde ministra uma disciplina no curso de pós-graduação intitulada “Introdução ao Estudo da Áudio-descrição, voltada à Educação” . Viera e Lima definem audiodescrição como uma técnica que: *"consiste na transmissão por meio oral/textual dos elementos essenciais oriundos de uma determinada imagem que esteja presente em uma dada forma de expressão cultural, desde um filme do cinema às páginas dos livros didáticos, permitindo, especialmente em relação a estes últimos, que suas mensagens e conteúdos sejam compreendidos pelo aluno com deficiência visual ou com baixa visão." (Vieira e Lima, 2010)"*

Os autores, em seu artigo, demonstram, através de exemplos reais e práticos, a importância da audiodescrição no contexto escolar. O tema proposto ainda carece de estudos de mais pesquisadores e investimento por parte do governo federal a partir de propostas mais concretas e passíveis de implementação nas escolas para a inclusão de estudantes com deficiência visual. A audiodescrição didática é um campo ainda a ser investigado para aplicação prática.

Exemplos de aplicações de audiodescrição

Assim Vivemos (2003): O *“Assim Vivemos”* é um festival internacional de cinema que acontece bienalmente desde 2003, no Rio de Janeiro e em Brasília. Trata-se de uma mostra diferenciada devido à temática central das produções.

São questões relativas à vida de pessoas com deficiência e sua ação na sociedade. Faz parte do evento o debate sobre a temática apresentada. Porém, pretende ser mais que uma mostra de cinema sobre inclusão social, mas uma prática de inclusão. Desta forma, os espetáculos são totalmente acessíveis, contando com *"audiodescrição transmitida para fones, feita ao vivo por dois atores em todas as sessões, na sala de cinema, para pessoas com deficiência visual"*, além de *"legendas descritivas inclusive nos filmes brasileiros, para pessoas com deficiência auditiva"*. O festival garante ainda acessos adaptados para cadeirantes, intérpretes de LIBRAS nos debates e catálogos em Braille. O festival é acessível também no sentido financeiro, pois todas as sessões têm entrada franca. (Assimvivemos, 2010)

Irmãos de fé (2005): Paulo Romeu comenta (Romeu, 2010a), em seu blog sem disfarçar a emoção, sua experiência com o DVD do filme *"Irmãos de fé"*, com o padre Marcelo Rossi. Trata-se do primeiro filme comercial em DVD com audiodescrição no país. O produto é acessível às pessoas com deficiência visual, pois basta clicar no botão *"enter"* ou OK do controle remoto do dvdplayer que o acesso ao menu já começa. Todas as opções são audiodescritas, permitindo ao usuário navegar facilmente, sem depender da ajuda de uma pessoa sem deficiência. O próprio padre Marcelo Rossi apresenta o menu audiodescrito. O filme é protagonizado pelo ator Tiago Lacerda e conta com o diretor e produtor de conteúdo Brent Hieatt, responsável pela função de acessibilidade no DVD. É possível conhecer este recurso do projeto do sacerdote brasileiro no youtube , sem haver necessidade de pagar para ver (*ou ouvir*).

Andaime (2007): No Teatro Vivo, em São Paulo, acontece a primeira peça audiodescrita, intitulada Andaime, que *"retrata o dia-a-dia na vida de dois limpadores de janela de um grande edifício de São Paulo"* (Instituto Vivo, 2010b). Entretanto, embora afirme no texto de divulgação, sobre a audiodescrição no teatro, que "*a técnica estreou no circuito comercial com a peça 'Andaime', em 2 de março deste ano"* – 2007 -, segundo o mesmo texto, *"a primeira experiência de audiodescrição no Teatro Vivo foi feita no ano passado com a peça 'O Santo e a Porca', para mais de 120 deficientes visuais de escolas públicas"*, referindo-se a 2006. A peça estreou em 15 de junho de 2005 (Instituto Vivo, 2010a). No texto, com diversas informações, o Instituto Vivo afirma ainda que *"a audiodescrição é uma das ações do Programa Vivo Voluntário, que, desde 2004, visa a estimular colaboradores da Vivo em prol da inclusão de pessoas com deficiência visual"*.

Natura Naturé (2009): A fabricante de perfumes do Brasil, Natura, lança "o primeiro comercial para TV brasileira com audiodescrição produzido pela Iguale . O filme tem um pouco mais de um minuto e divulga a campanha "Natura Naturé: a grande história da água" . A empresa Iguale produziu outras campanhas para a Natura com audiodescrição.

Sansão e Dalila (2009): No Teatro Amazonas, em 28 de abril de 2009, durante a XIII edição do Festival Amazonas de Ópera, é oferecido, pela primeira vez num teatro público, o serviço de audiodescrição para esse tipo de espetáculo no país. São disponibilizados 50 fones de ouvido para as pessoas com deficiência visual que comparecem à apresentação. (Portal, 2010)

Desfile de modas (2009): Em outubro, a Fundação Dorina Nowill amplia as aplicações da audiodescrição ao promover um desfile de modas, típico evento com apelo visual, já que contava com a participação de pessoas com deficiência visual tanto na audiência do evento como na passarela. (G1, 2010)

Visita ao Zoológico (2010): Em dia 16 de abril, aconteceu um passeio noturno no Zoológico de São Paulo, no dia 16 de abril de 2010, com o objetivo de conhecer animais de hábitos noturnos. No público havia um grupo de pessoas com deficiência visual, que pode acompanhar a visita devido à audiodescrição realizada pelas biólogas, responsáveis pela orientação e que transformaram o visual em verbal, propiciando, assim, o acesso às informações para as pessoas com deficiência visual. (Motta, 2010b)

Visita ao Planetário (2010): Também na cidade de São Paulo, em 28 de maio, o Planetário Prof. Aristóteles, do Ibirapuera, recebeu cerca de 150 pessoas, entre as quais 80 com deficiência visual para a primeira exibição com audiodescrição. A visita tinha por tema o Reconhecimento do Céu de São Paulo. (Souza, 2010)

Copa do Mundo (2010): Os jogos do campeonato mundial de futebol da África do Sul também tiveram audiodescrição. Quarenta e quatro jogos foram audiodescritos, com quinze assentos especiais reservados em cada estádio para pessoas com deficiência, que receberam fones de ouvido para acompanhar as partidas. (Vejam, 2010)

Considerações Finais

Sem dúvida, a audiodescrição é um recurso de comunicação acessível sem equivalente a altura para a inclusão das pessoas com deficiência visual no mundo da cultura, lazer e da educação. Entretanto, embora o acesso à informação seja um direito garantido pela Constituição Federal e por diversas leis específicas, no Brasil, esse acesso ainda encontra impedimentos. O Ministério das Comunicações, devido a uma série de razões que fogem ao objetivo deste trabalho, adiou por diversas vezes a obrigatoriedade da inclusão da audiodescrição na televisão comercial. Mas também em diversos outros setores onde ela é necessária, ainda falta investimento e boa vontade política para seu incremento.

Conforme se pode ver, desde seu surgimento em 1975, o interesse foi crescendo em todas as partes do mundo, e logo assumida como bandeira de luta pela inclusão social das pessoas com deficiência visual e um direito civil. Com sua difusão no Brasil desde 2003, cresceu o interesse pelo assunto, que teve como consequência mudanças nas atitudes de empresários, pesquisadores, educadores e instituições em relação à acessibilidade. Esse movimento tem levado o governo a estabelecer regras que facilitam a inclusão social e digital de pessoas com deficiência visual. Entretanto, ainda falta decisão política para exigir que sejam cumpridas.

Da mesma forma, cresce no meio acadêmico o estudo da audiodescrição com produção científica sobre o tema. Em relação à profissionalização de pessoal habilitado, ainda é pequena para a demanda das redes de televisão, cinema e teatro. Igualmente, faltam estudos e profissionais dedicados à audiodescrição de obras didáticas em que as imagens são essenciais para a compreensão do que é apresentado.

Referências Bibliográficas

Araújo, Vera Lúcia Santiago. Acessibilidade audiovisual na Uece. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XRJW76ho52MJ:opovo.uol.com.br/opovo/opiniao/872889.html&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a >, acesso em 22 abr. 2010.

Aristia. Audiodescripción: breve historia. Disponível em <http://www.audiodescripcion.com/brevehistoria.html >, acesso 10 mai. 2010.

Assimvivemos. Festival. Disponível em <http://www.assimvivemos.com.br/www/2009/index.php/festival >, acesso em 15 mai. 2010.

Audio Description. Disponível em <http://www.washear.org/audiodescription.htm >, acesso em 08 mai. 2010.

Brasil. Ministério das Comunicações. Decreto 5.296 – de 02 de dezembro de 2004. <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm >, acesso em 23 abr. 2010a.

Brasil. Ministério das Comunicações. Lei 10.098 – de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L10098.htm >, acesso em 23 abr. 2010b.

Brasil. Ministério das Comunicações. Portaria 188 – de 24 de março de 2010. Disponível em <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?data=25/03/2010&jornal=1&pagina=153&totalArquivos=184 >,a cesso em 23 de abri. 2010c.

Brasil. Ministério das Comunicações. Portaria 310 – de 27 de junho de 2006. Disponível em <http://www.mc.gov.br/images/o-ministerio/legislacao/portarias/portaria-310.pdf >, acesso em 23 abr. 2010d.

Brasil. Ministério das Comunicações. Portaria 403 – de 27 de junho de 2008. Disponível em <http://www.mc.gov.br/images/o-ministerio/legislacao/portarias/portaria-403.pdf >, acesso em 05 mai. 2010e.

Brasil. Ministério das Comunicações. Portaria 466 – de 30 de julho 2008. Disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/destaques/inclusao-para-pessoas-com-deficiencia/Portarian466-acessibilidade.pdf >, acesso em 05 mai. 2010f.

Brasil. Ministério das Comunicações. Portaria 661 – de 14 de outubro 2008. Disponível em <http://www.audiodescricao.com/portariaruim.htm >, acesso em 05 mai. 2010g.

Brasil. Recurso de audiodescrição começa a ser implementado a partir de 1º de julho. Disponível em <http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/22483-recurso-de-audiodescricao-comeca-a-ser-implementado-a-partir-de-1o-de-julho?tmpl=component&print=1&page= >, acesso 01 jun. 2010h.

Brasil, Supremo Tribunal Federal. Acompanhamento processual: argüição de descumprimento de preceito fundamental. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2657715 >, acesso em 01 jun. 2010i.

Franco, Eliana. Audiodescrição e audiodescritores: quem é quem? Disponível em <http://sites.google.com/site/audiodescricao >, acesso em 10 abr. 2010.

G1. Entidade faz desfile para incentivar vaidade de mulheres cegas. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MRP1326402-5605,00.html >, acesso em 01 jun. 2010.

Guidance on standards for audio description. Disponível em <http://www.ofcom.org.uk/static/archive/itc/itc_publications/codes_guidance/audio_description/introduction.asp.html >, acesso em 06 mai. 2010.

Hernández Navarro, M., Montes López, E. Accesibilidad de la cultura visual: límites y perspectivas. Disponível em <http://sid.usal.es/idocs/F8/8.2.6-6151/accesibilidad.doc >, acesso em 10 mai. 2010.

Instituto Vivo. Instituto Vivo levará estudantes da rede pública ao Teatro Vivo. Disponível em <http://www.vivo.com.br/institutovivo/noticias_instituto_vivo_levara_estudantes_da_rede_publica_ao_teatro_vivo.php >, acesso em 09 mai. 2010a.

Instituto Vivo. Vivo oferece recurso pioneiro de inclusão social. Disponível em <http://www.vivo.com.br/institutovivo/noticias_vivo_oferece_recurso_pioneiro_de_inclusao_social.php >, acesso em 09 mai. 2010b.

Motta, Lívia Maria Villela de Mello. Audiodescrição: recurso de acessibilidade para a inclusão cultural. Disponível em <http://www.vezdavoz.com.br/2vrs/noticiasview.php?id=36 >, acesso em 10 mar. 2010a.

Motta, Lívia Maria Villela de Mello. Saiba como foi o passeio com audiodescrição no zoológico de São Paulo. Disponível em <http://blogdaaudiodescricao.blogspot.com/2010/05/saiba-como-foi-o-passeio-com.html >, acesso em 20 mai. 2010b.

Once. Audiodescripción. Disponível em <http://www.once.es/home.cfm?id=260&nivel=4&orden=5 >, acesso em 14 abr. 2010.

Piety, Philip J., The Language System of Audio Description: An Investigation as a Discursive Process. Journal of Visual Impairment & Blindness, Volume 98, Number 8. August 2004. Disponível em <http://www.eric.ed.gov/PDFS/EJ683817.pdf >, acesso em 05 mai. 2010.

Portal Amazônia. Ópera terá audiodescrição para deficientes visuais no Teatro Amazonas. Disponível em <http://portalamazonia.globo.com/pscript/noticias/noticias.php?pag=old&idN=82709>, acesso em 10 mai. 2010.

Rodríguez Fuentes, Antonio; Caurcel Cara, María Jesús. Accesibilidad cinematográfica para personas con discapcidades sensoriales. Disponível em <http://congreso.codoli.org/area_4/Rodriguez-Fuentes.pdf >, acesso em 12 mai. 2010.

Romeu, Paulo. A saga da audiodescrição no Brasil. Disponível em <http://blogdaaudiodescricao.blogspot.com/2009/10/saga-da-audiodescricao-no-brasil.html >, acesso em 18 abr. 2010b.

Romeu, Paulo. Irmãos de fé: o primeiro DVD brasileiro com audiodescrição. <http://blogdaaudiodescricao.blogspot.com/2009/12/irmaos-de-fe-o-primeiro-dvd-brasileiro.html >, acesso em 15 mar. 2010a.

Salway, Andrew. A corpus-based analysis of audio description. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.139.1116&rep=rep1&type=pdf >, acesso em 01 mai. 2010.

Segre, Lia. Ainda sem implementar audiodescrição, Brasil pode ser denunciado à ONU. Disponível em <http://www.livreacesso.net/tiki-read_article.php?articleId=1191>, acesso em 05 mar. 2010.

Tramad. O que é audiodescrição? Disponível em <http://audiodescricaobrasil.blogspot.com/ >, acesso em 05 mar. 2010.

Trömel, Stefan. La integración de las personas con discapacidad desde una perspectiva europea. Disponível em <http://www.madrid.org/cs/Satellite?blobcol=urldata&blobheader=application/msword&blobkey=id&blobtable=MungoBlobs&blobwhere=1202765076479&ssbinary=true >, acesso em 08 mai. 2010.

Souza, Sidney Tobias de. Ouvindo os astros. Disponível em <http://blogdaaudiodescricao.blogspot.com/2010/05/planetario-com-audiodescricao-saiba.html >, acesso em 05 jun. 2010.

Vejam. Fifa incrementa audio-descrição em jogos da Copa na África do Sul. Disponível em <http://www.vejam.com.br/node/333 >, acesso em 20 mai. 2010.

Vieira Paulo André de Melo, Lima, Francisco José de. A teoria na prática: áudio-descrição, uma inovação no material didático. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/download/27/20 >, acesso em 15 abr. 2010.

Vivoblog. O que é audiodescrição. Disponível em <http://www.vivoblog.com.br/o-que-e-audiodescricao.html >, acesso em 09 mai. 2010.

Sobre os autores / About the Author:

Elton Vergara Nunes

vergaranunes@gmail.com

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina.Professor Adjunto da Universisade Federal de Pelotas, UFPel.

Gertrudes Dandolini

ggtude@gmail.com

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina.

João Artur de Souza

jartur@gmail.com

Pós-Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina.

Tarcísio Vanzin

tvanzin@yahoo.com.br

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina . Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina.